

SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina Prontos Socorros Municipais de Taboão da Serra

CNPJ. : 61.699.567/0043-41
Nota da Administração



Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, estamos publicando as Demonstrações Contábeis Individuais da Unidade Gerenciada: **SPDM - Prontos Socorros Municipais de Taboão da Serra**. As Atas de Reuniões com o Parecer sobre a aprovação das contas e demonstrativos contábeis emitidos pelo Conselho Fiscal da SPDM, Assembleia Geral de Associados da SPDM e Parecer de Auditoria Independente, serão publicados em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM, até 30/04/2019. São Paulo, 28/02/2019. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor-Presidente da SPDM.

Demonstrações Contábeis Comparativo dos Balanços Patrimoniais Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais			Comparativo das Demonstrações de Resultados dos Períodos Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais		
Ativo	2018	2017	Passivo	2018	2017
Ativo Circulante	73.353.620,59	30.528.029,69	Passivo Circulante	73.318.920,32	30.498.269,41
Caixa e Equivalentes de Caixa	441.908,50	1.706.437,07	Fornecedores (nota 3.8)	798.960,36	696.384,16
Bancos conta movimento (nota 3.1)	3.346,93	14.726,89	Serviços de Terceiros Pessoa Física/Jurídica (nota 3.9)	2.305.785,06	782.866,47
Aplicações Financeiras (nota 3.2)	438.561,57	1.691.710,18	Salários a pagar (nota 3.10)	1.480.037,46	1.465.759,06
Clientes	72.320.979,52	28.122.142,99	Contribuições a recolher (nota 3.11)	434.779,23	395.641,70
Prefeitura Municipal de Taboão da Serra (nota 3.3.1)	58.626.285,27	22.910.242,31	Provisão de férias (nota 3.12)	2.682.913,65	2.412.744,26
Valor Estimado - Rescisão de Contrato (nota 3.3.2)	6.138.390,62	5.211.900,68	Provisão de FGTS sobre férias (nota 3.12)	214.199,08	192.853,48
Valores em Negociação Contrato Convênio (nota 3.3.3)	7.556.303,63	-	Provisão de PIS sobre férias (nota 3.12)	26.829,10	24.127,38
Outros Créditos	176.181,11	233.723,58	Provisão de despesas com quitações (nota 3.18)	6.138.390,62	5.211.900,68
Adiantamentos a fornecedores	-	2.882,50	Empréstimo a funcionário Lei 10.820/03 (nota 3.19)	139.514,74	45.976,17
Antecipações salariais	194,84	930,07	Impostos a recolher (nota 3.13)	370.732,51	326.057,26
Antecipação de férias (nota 3.4.1)	112.122,64	142.173,26	Obrigações Tributárias (nota 3.14)	250.079,67	194.528,82
Outros créditos e adiantamentos (nota 3.4.2)	37.160,63	44.215,75	Outras contas a pagar (nota 3.15)	218.378,31	124.112,77
Depósito judicial (nota 3.4.3)	26.703,00	43.522,00	Recebimento de materiais de terceiros (nota 3.17)	1.361,30	6.413,76
Despesas Pagas Antecipadamente	9.836,92	9.836,91	Financiamentos/Empréstimos/parcelamentos	-	-
Prêmios de seguros e outros a vencer (nota 3.6)	9.836,92	9.836,91	Estrutura SPDM	32.342,64	-
Estoques	404.714,54	455.889,14	Convênios/Contratos públicos a realizar (nota 3.16)	58.224.616,59	18.618.903,44
Materiais e Medicamentos para Consumo - PSMTS (nota 3.5)	404.714,54	455.889,14	Passivo não Circulante	2.635.846,61	61.199.912,57
Ativo não Circulante	2.601.146,34	61.170.152,29	Provisão de Despesas	-	-
Valores a Receber - Não Circulante	-	58.000.000,00	Processo Trabalhistas (nota 3.18.1)	34.700,27	29.760,28
Valores a receber	-	58.000.000,00	Obrigações - Bens Móveis de terceiros (nota 3.7)	5.632.519,48	5.572.586,98
Ativo Imobilizado - Bens de Terceiros (nota 3.7)	2.593.021,34	3.170.152,29	Ajustes de vida útil - Bens Móveis de terceiros (nota 3.7)	(3.031.373,14)	(2.402.434,69)
-Bens Móveis	2.593.021,34	3.170.152,29	Valores a realizar	-	58.000.000,00
Imobilizado - Bens de Terceiros	5.613.769,48	5.572.586,98	Total do Passivo	75.954.766,93	91.698.181,98
Ajuste de vida útil - bens de terceiros	(3.020.748,14)	(2.402.434,69)	Patrimônio Líquido (nota 5)	-	-
Ativo Intangível	8.125,00	-	Resultado do Exercício	-	-
Intangível de Terceiros - Saúde	18.750,00	-	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	75.954.766,93	91.698.181,98
Ajuste Vida Útil Econômica Intangível Terceiros	(10.625,00)	-	Comparativo da Demonstração do Valor Adicionado Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais		
Total do Ativo	75.954.766,93	91.698.181,98	Descrição	Dez/18	Dez/17
Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais			1 - Receitas	78.986.061,38	73.553.472,55
Fluxos de caixa das atividades operacionais			1.1) Prestação de serviços	69.724.844,38	64.904.048,47
Resultados do exercício/período			1.2) Subvenções e outras receitas operacionais	-	-
Ajustes p/ conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais			1.3) Outras Receitas	12.199,45	19.670,03
Depreciação e amortização			1.4) Isenção usufruída sobre contribuições	9.249.017,55	8.629.754,05
Resultado na venda de ativos permanentes			1.5) (-) Provisões Creditos Líquidos	-	-
Ajuste nas contas patrimoniais			Duvidosa/Receitas anuladas E	-	-
Variações nos ativos e passivos			2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS e IPI)	37.520.455,72	35.138.701,09
(Aumento) Redução em contas a receber (44.198.836,53)	(5.278.340,65)	(69.576.656,48)	2.1) Custo das mercadorias utilizadas nas prestações d	6.057.025,40	6.244.869,11
(Aumento) Redução outros créditos	58.057.542,47	(1.076,40)	2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outro	30.932.506,91	29.117.379,25
(Aumento) Redução de despesas antecipadas	(0,01)	(1.076,40)	2.3) Perda / Recuperação de valores ativos	41.023,50	129.571,76
(Aumento) Redução em estoques	46.122,14	33.796,02	2.4) Outros	489.899,91	56.469,35
Aumento (Redução) em fornecedores	1.641.928,36	285.360,76	3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)	41.465.605,66	38.414.771,46
Aumento (Redução) em doações e subvenções/Contratos de gestão	(18.394.286,85)	(64.895.342,02)	4 - Retenções	-	-
Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões	1.583.001,85	1.277.143,13	4.1) Depreciação, amortização e exaustão	-	-
Aumento (Redução) de Bens de Terceiros	(569.005,95)	(493.213,06)	5 - Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3-4)	41.465.605,66	38.414.771,46
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	(1.833.534,52)	504.984,26	6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência	4.419,35	217.971,58
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	-	-	6.1) Receitas financeiras	4.419,35	217.971,58
(+) Recebimento pela venda de ativo imobilizado	-	-	7 - Valor Adicionado Total (5+6)	41.470.025,01	38.632.743,04
(-) Aquisições de imobilizado	-	-	8 - Distribuição do Valor Adicionado	41.470.025,01	38.632.743,04
(-) Adição de Bens de Terceiros	569.005,95	493.213,06	8.1) Pessoal e encargos	30.449.698,67	28.273.269,70
(-) Adição de bens intangíveis	-	-	8.2) Impostos, taxas e contribuições	2.692,26	4.568,36
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	569.005,95	493.213,06	8.3) Juros	6.479,39	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	-	-	8.4) Aluguéis	1.762.137,14	1.315.562,55
Captação de Empréstimos e financiamentos	-	-	8.5) Isenção usufruída sobre contribuições	9.249.017,55	8.629.754,05
(-) Pagamentos de Empréstimos e financiamentos	-	-	8.6) Lucros retidos / prejuízo do período	-	-
Juros pagos por empréstimos	-	-	São de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicável às Entidades sem Fins Lucrativos, e Resolução CFC nº 1.409/12 - ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros a qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros.		
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos	-	-	2.1 - Formalidade da Escrituração Contábil - Resolução 1.330/11 (NBC ITG 2000): As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, são transcritas no livro "Diário" da Entidade, e posteriormente registradas no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. Com a publicação da portaria 1.420 de 19 de dezembro de 2.013 pela RFB, algumas alterações foram introduzidas com relação ao livro diário que passou a ser exigido em formato digital e a forma de arquivamento pelo cartório de registros. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiem ou compõem a escrituração contábil. 2.2 - Nome Empresarial, Endereço e CNPJ da Unidade Gerenciada: SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Prontos Socorros Municipais de Taboão da Serra - Est. Tenente José Maria da Cunha, 862 - Jardim Record - Taboão da Serra - SP - CEP 06.783-230 - CNPJ nº 61.699.567/0043-41. 3 - Principais Práticas Contábeis Utilizadas na Elaboração das Demonstrações: Em todas as suas unidades os registros contábeis são realizados de maneira estabelecida pela matriz e são acatadas todas suas orientações. Face aos inúmeros conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos que deram origem aos Livros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais relevantes conforme estabelecido a resolução 1.409/12 (ITG 2002) e suas alterações. O plano de contas adotado atende aos requisitos da Lei 11.638/2007. Segundo o manual do CFC, o plano de contas consiste em um conjunto de títulos, apresentados de forma coordenada e sistematizada, previamente definidos, nele traduzida a estrutura das contas a serem utilizadas de maneira uniforme para representar o estado patrimonial da entidade, e de suas variações, em um determinado período. Nesse sentido a função e o funcionamento das contas serão utilizados conforme a codificação do plano de contas. 3.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa: Os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias.		
			Descrição	31.12.2018	31.12.2017
			Saldo em Caixa	-	-
			Saldo em Bancos	3.346,93	14.726,89
			Saldo em Aplicações Financeiras	438.561,57	1.691.710,18
			Caixa e Equivalentes de Caixa	441.908,50	1.706.437,07
			Os recursos financeiros disponíveis para a unidade gerenciada são mantidos em conta corrente bancária oficial e representam em 31.12.2018 o montante de R\$ 441.908,50 demonstrado no quadro acima. 3.2 - Aplicações Financeiras: As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço, com base no regime de competência. As aplicações são referenciadas como sendo com restrição uma vez que os valores se encontram aplicados por força de convênios e contratos de gestão cujo rendimento reverte em favor do contratante e não da SPDM.		
			Instituição	Tipo de Aplicação	Saldo em % no Mês
			Banco do Brasil	Poupança	0,50
			Banco do Brasil	CDB	7,67
			Banco Bradesco	CDB	5,00
			Banco Bradesco	FIC REFER	0,25
			Total	438.561,57	1.691.710,18
			* rentabilidade da poupança está atrelada as regras do sistema financeiro nacional. 3.3 - Contas a Receber: A prática contábil adotada é pelo regime		

de competência para registro das mutações patrimoniais. Conforme a resolução 1.305/10 (que aprova a NBC TG 07) e conforme resolução 1.409/12 (que aprovou a ITG 2002) a Entidade passou a constituir provisionamentos e outros valores a receber referentes às execuções de seus contratos de gestão, convênios e outros tipos de Assistências Governamentais para que quando do reconhecimento no resultado, não traga desequilíbrio entre receitas e despesas provisionadas. **3.3.1 - Valores a Receber:** Os valores registrados nesta conta em 31.12.2018 representam valores a receber de curto prazo, relativos ao contrato de gestão Nº S-9001/2013 proveniente da Secretaria Municipal da Saúde em parceria com a Prefeitura Municipal de Taboão da Serra, totalizam R\$ 58.626.285,27. **3.3.2 - Estimativa de Rescisão Contratual:** A Entidade passou a adotar em sua plenitude a Resolução CFC 1.305/10, reafirmado no item 26 da Resolução 1.409/12, que trata de contas de compensação. A unidade gerenciada constituiu possível estimativa rescisão contratual entre a SPDM E SMS/TS. Dessa forma, a estimativa leva em consideração os valores estimados para rescisão do contrato de trabalho coletivo, se devidos fossem, em 31.12.2018, para fins de recolhimento de FGTS (50% multa) e aviso prévio indenizado, conforme quadro abaixo:

SPDM - Prontos Socorros Municipais de Taboão da Serra	
Estimativas Rescisões Contratuais	Saldo em 31/12/2018
Aviso Prévio indenizado	R\$ 2.491.451,48
Multa 50% FGTS	R\$ 3.646.939,14
Total	R\$ 6.138.390,62

3.3.3 - Valores em Negociação Contrato/Convênio: Representam outros valores a receber, relacionados à atividade operacional da instituição, correspondente a valores resultantes do resultado deficitário da unidade gerenciada, oriundos de contratos de gestão ou convênios gerenciados pela Entidade. Por conta do modelo de gestão das organizações sociais de saúde, a instituição se valeu da Resolução CFC 1.409/12 (ITG 2002-R1) Item 17 e 27 (d), para registrar valores que serão restituídos ou compensados pelo órgão contratante até o final do contrato/convênio, a título de reequilíbrio econômico da instituição. A instituição não se limita apenas ao reconhecimento de valores a receber que representam o objeto principal da entidade, mas a outras transações que são normais e inerentes à sua atividade, utilizando-se da Prevalência da Essência sobre a Forma. **3.4 - Outros Créditos:** São as contas a receber que não se enquadram nos grupos de contas anteriores, sendo contas a curto prazo normalmente não relacionadas com o objeto principal da Instituição. **3.4.1 - Antecipação de Férias:** A Instituição efetua antecipação de férias conforme prevê a legislação Trabalhista (CLT), em seu artigo, Art. 145, o pagamento da remuneração das férias e se for o caso, o do abono referido no art. 143 serão efetuados até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período. **3.4.2 - Outros Créditos e Adiantamentos:** Representam valores a título de crédito relativos a pagamentos de encargos rescisórios, e outros adiantamentos efetuados para a manutenção da rede assistencial de atenção básica à saúde. **3.4.3 - Depósitos Judiciais:** Os valores mantidos em depósito judicial estão amparados por processos trabalhistas e totalizam em 31.12.2018 o valor de R\$ 26.703,00. **3.5 - Estoques:** Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios, equipamentos de proteção, materiais de terceiros e comodatos até a data do balanço. Conforme se demonstra abaixo, o valor total escriturado em estoques no exercício de 2018 são de R\$ 404.714,54 (quatrocentos e quatro mil, setecentos e quatorze reais e cinquenta e quatro centavos).

Tipo	31/12/2018	31/12/2017
Materiais utilizados no setor de Nutrição	20.601,25	23.505,88
Materiais utilizados no setor de Farmácia	157.550,74	185.447,40
Materiais de Almoarifado	226.289,91	239.947,61
Materiais de Terceiros	272,64	6.988,25
Total	404.714,54	455.889,14

Os materiais de terceiros são mantidos nos estoques de maneira segregada, com controle interno específico e integram o rol de itens de terceiros em nosso poder, para atendimento emergencial dos serviços de saúde. **3.6 - Despesas Pagas Antecipadamente:** Representam valores referentes a prêmios de seguros de imóveis. Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil de Continuidade. Os valores segurados são definidos pelos Administradores da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso. **3.7 - Imobilizado - Bens de Terceiros:** O imobilizado dos PSMTS está composto por bens de terceiros os quais são classificados de modo a atender a legislação atual. Os bens de terceiros são fruto de aquisição realizada com recursos de contrato de gestão, para os quais possuímos documentos de permissão de uso. Os ativos passaram a estar distribuídos da seguinte forma: continua >

continuação Demonstrativo da Movimentação do Imobilizado em 2018

Table with columns: Descrição, Posição em 31/12/2018, Aquisição, Baixa, Posição em 31/12/2017. Rows include Imobilizado-Bens de Terceiros, Bens Móveis, Equipamentos, etc.

Table with columns: Descrição, Posição em 31/12/2018, Ajuste Vida Útil, Posição em 31/12/2017, %. Rows include Ajuste Vida útil de Bens de Terceiros, Bens Móveis, Equipamentos, etc.

Segundo o inciso II do § 3º do art. 183 da Lei nº 6.404/76, acrescentado pela Lei nº 11.638/07, e Lei 11.941/09, "A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, revisar e ajustar os critérios utilizados para determinação da vida útil-econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização". 3.7.1 - Ajuste do Tempo de Vida Útil: A Instituição efetua o ajuste do tempo de vida útil dos bens de terceiros, de propriedade do contratante, através do método linear e utilizando as taxas anuais divulgadas em nota explicativa (3.7 Imobilizado), de modo a demonstrar o valor residual dos bens de terceiros. Os softwares são amortizados pelo tempo de vida útil estimado. 3.8 - Fornecedores: As obrigações com fornecedores são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, de acordo com os valores praticados no mercado interno. São registrados pelo valor de notas fiscais ou faturas provenientes da compra de materiais, medicamentos e demais itens de consumo. O prazo médio de pagamento dos fornecedores é de aproximadamente 90 dias. 3.9 - Serviços de Terceiros: Estas obrigações representam a contratação de serviços de terceiros pessoa física e jurídica pela Instituição, em sua grande parte relacionados a contratos de prestação de serviços gerais como limpeza, portaria, remoção de pacientes e serviços de reforma. 3.10 - Salários a Pagar: De acordo com o Art. 76 da CLT - Salário é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço. A Instituição efetua o pagamento mensal das remunerações no quinto dia útil subsequente ao mês de competência. 3.11 - Contribuições a Recolher: Representam os valores devidos sobre a Folha de Pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS, FGTS e PIS. 3.12 - Provisões de Férias e Encargos: Foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. 3.13 - Impostos a Recolher: Representam os valores devidos sobre a Folha de Pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de IRRF CLT. 3.14 - Obrigações Tributárias: A obrigação tributária de acordo com o §1º do art. 113 do CTN, é aquela que surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente. Constituem as obrigações de IRPJ, INSS, ISS, PIS/COFINS/CSLL e Outras Taxas Municipais, relativos aos valores relacionados aos prestadores de serviços de terceiros contratados pela unidade gerenciada, o saldo final a pagar em 2018 referente aos impostos citados acima foi de R\$ 250.079,67 e em 2017 foi de R\$ 194.528,82. 3.15 - Outras Contas a Pagar: Os valores evidenciados em outras contas a pagar referem-se a outras obrigações que num primeiro instante não se encaixam nas demais nomenclaturas do plano de contas da Instituição, ou ainda, aqueles valores não usuais a atividade principal da Instituição. 3.16 - Convênios / Contratos Público a Realizar (Circulante): De acordo com a Resolução 1.305/10 (NBC TG 07 R1) Item 15A e Resolução 1.409/12 (ITG 2002-R1) Item 11 e 12, a SPDM passou a adotar a sistemática de contabilização dos valores mantidos no Contrato de Gestão (ou convênio) com o poder público, de forma a evidenciar os valores previstos a serem realizados, durante a execução do contrato, na execução da atividade operacional. O saldo a realizar em curto prazo em 31.12.2018 representa R\$ 58.224.616,59 (cinquenta e oito milhões, duzentos e vinte e quatro mil, seiscentos e dezesseis reais e cinquenta e nove centavos). 3.17 - Empréstimos Materiais de Terceiros: Em 2018 a unidade PSMTS, registrou um valor de R\$ 1.361,30 (hum mil, trezentos e sessenta e um reais e trinta centavos), referente a materiais adquiridos de terceiros, para compor o atendimento emergencial da unidade, os mesmos integram o estoque e são registrados nas contas de ativo e passivo circulante. 3.18 - Estimativas Contábeis: A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações e provisões para perdas em geral. No caso da Provisão de Férias e Encargos, os mesmos foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. 3.18.1 - Contingências Passivas: Os conceitos aplicados para fins de constituição de Contingências além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em "provável", "possível" e "remota", no que se refere ao ponto de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido na Resolução CFC nº 1.180/09 que aprova a NBC TG 25 e Deliberação CVM nº 594, de 15/09/2009 que aprova o CPC 25. Em virtude da característica de gestão de serviços na área hospitalar, as unidades da SPDM por vezes são acionadas em ações cíveis. Tais ações têm por origem, independente do mérito, tanto casos de supostos erros médicos, indenizatórias, quanto processos administrativos e cobranças propostas por fornecedores. Não houve contingências para aquelas cuja probabilidade de perda era tida como "provável". O montante para o mesmo tipo de ação cível, onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o valor apurado foi de R\$ 1.324.139,16 (um milhão, trezentos e vinte e quatro mil, cento e trinta e nove reais e dezesseis centavos). Ainda, no exercício de suas atividades de prestadora de serviços, em 2.018, a SPDM acumulou passivos resultantes de reclamações trabalhistas. Houve contingências para aquelas cuja probabilidade de perda era tida como "provável" no montante de R\$ 34.700,27 (trinta e quatro mil, setecentos reais e vinte e sete centavos), e para ações onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o montante chegou a R\$ 690.825,92 (seiscentos e noventa mil, oitocentos e vinte e cinco reais e cinquenta e dois centavos).

Table titled 'Passivo Contingencia - 2018' with columns: Trabalhista, Cível, Tributária, Re-Provável, Pro-Possível, Pos-Sível, Re-Provável, Pro-Possível, Pos-Sível. Rows include 3.19 - Empréstimos a Funcionários: A Lei 10.820, de 17.12.2003, beneficiou os trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), permitindo o desconto das parcelas relativas a empréstimos, financiamentos e operações de leasing na folha de pagamento desses empregados. A Instituição oferece aos seus colaboradores o crédito consignado com o Banco Bradesco, com desconto em folha. O montante contabilizado em 31.12.2018 representa R\$ 139.514,74 (cento e trinta e nove mil, quinhentos e quatorze reais e setenta e quatro centavos). 3.20 - Outros Ativos e Passivos: Correspondem a valores a receber e/ou a pagar, registrados pelo valor da realização e/ou exigibilidade na data do balanço, sendo que, na sua grande maioria, estes valores encontram-se acrescidos de encargos contratuais e juros. Os valores referentes a passivos com fornecedores encontram-se com valores históricos, com exceção feita a aqueles que resultam de de-

Table with columns: Baixa, Posição em 31/12/2017, %.

contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à Resolução CFC N° 1.305/10 na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditados diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2018, a unidade gerenciada recebeu Assistências Governamentais Municipais de R\$ 65.905.867,37 (sessenta e cinco milhões, novecentos e cinquenta e sete reais e sete centavos), conforme quadro abaixo:
CNPJ nº 61.699.567/0043-41
Convênios/Contratos R\$
Contrato S-90001-2013 - Prontos Socorros Municipais de Taboão da Serra 54.932.152,64
Contrato S-90001-2013 T.A. 03/2018 - Prontos Socorros Municipais de Taboão da Serra 10.973.714,73
5 - Patrimônio Líquido: Conforme esclarecido em balanços anteriores, de acordo com apurado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2.012, e descrito em notas explicativas dos anos, a SPDM procedeu a ajustes necessários para se adequar ao que estabelecem as Resoluções 1305/10 e 1409/12, no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. O patrimônio líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabelece as Resoluções CFC 1409/12 (Item 11) e CFC 1305/10 (Item 12 e 15A), que enquanto não atendido os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre "zero". Em virtude da aplicação das normas acima relacionadas, a Entidade optou em não divulgar a DMPL - Demonstração da Mutações do Patrimônio Líquido, pois não houve movimentação no Patrimônio Líquido nos períodos de 2017 e 2018, respectivamente. 6 - Resultado Operacional: Em virtude do reconhecimento de receitas e despesas conforme Resolução N° 1.305/13 (NBC TG 07 R1), Item 12 e 15A, o resultado do exercício tem sido "zero" face à exigência do reconhecimento em contas de resultado, de receitas e despesas compensadas em bases sistemáticas. Em 2018, a Instituição reconheceu repasses e outras receitas no montante de R\$ 66.072.579,85 (sessenta e seis milhões, setenta e dois mil, quinhentos e setenta e nove reais e oitenta e cinco centavos), esses recursos foram aplicados na atividade operacional e assistencial da unidade, considerando custos e despesas operacionais no período, totalizando um montante de R\$ 69.739.213,29 (sessenta e nove milhões, setecentos e trinta e nove mil, duzentos e treze reais e vinte e nove centavos). Dessa forma, se houvesse apuração do resultado operacional, a Instituição encerraria o exercício com um resultado deficitário de R\$ 3.666.633,44 (três milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, seiscentos e trinta e três reais e quarenta e quatro centavos). 6.1 - Fase ao Resultado: Os PSMTS apurou no exercício de 2018, um déficit de R\$ 3.666.633,44. Esse desequilíbrio pode estar associado, ao aumento da demanda, ausência de recursos ou reajustes inflacionários, para cobertura de dissídios e outros custos/despesas, itens influentes para o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, entretanto, a SPDM tem tomado iniciativas na redução de custos e despesas com pessoal, materiais e medicamentos, para assim, reverter este cenário nos próximos anos. 7 - Das Disposições da Lei 12.101 e Portaria 834/16 MS: Por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27 de Novembro de 2009, alterada pela Lei 12.868/13 regulamentada pelo Decreto 8.242/14 tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. As internações hospitalares e os atendimentos ambulatoriais prestados pela entidade deverão ser totalizados com base nos dados disponíveis e informados no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA), no Sistema de Informações Hospitalares (SIH) e na Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial (CIHA). De acordo com o Artigo 36 da mesma portaria, a entidade que tenha sob sua gestão outras entidades poderá incorporar nos seus serviços o limite de 10% (dez por cento) dos serviços prestados ao SUS pelos estabelecimentos a ela vinculados.
Produção - 2018
Linha Atendimento SUS
Internações 5.424
Saída Hospitalar 5.047
Nº de pacientes dia 25.054
Nº de Cirurgias (Cesária, Curetagem, Laqueadura) 625
Nº de Partos 976
Diárias de UTI - Total N.A.
Internação / Atendimento Domiciliar N.A.
Pronto Socorro/Pronto Atendimento (Urgência/Emergência)
Consulta / atendimento de urgência (PS/PA) 490.541
Atendimento Ambulatorial - Total N.A.
Consulta médica N.A.
Atendimento não médico N.A.
HD / Cirurgia ambulatorial N.A.
SADT - Total 633.546

Table titled 'SPDM - Prontos Socorros Municipais de Taboão da Serra - Relatório de Execução do Contrato de Gestão - 2018'. Columns: Linha de Contratação, Internações, Contrato, 1º Semestre Realizado, 2º Semestre Realizado, Total 2018 Contratado, Total 2018 Realizado. Rows include Saída Hospitalar - Total, Pronto Socorro/Pronto Atendimento (Urgência/Emergência), Consulta Cl. Médica(PS), Consulta Traumatologia(PS), Consulta Ginecologia(PS), Consulta Pediatria, Total, 9 - Isenções e Contribuições Sociais Usufruídas: Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei 12.101 de 27/11/2009, alterada pela Lei 12.868/13, regulamentada pelo Decreto 8.242/14 e à portaria 834 de 27/04/2016 do Ministro da Saúde, a Instituição teve o seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-Saúde), deferido conforme Portaria SAS/MS nº 1.893, de 07/12/2016, publicada no Diário Oficial da União em 08/12/2016, com validade de 01/01/2015 à 31/12/2017, fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais e isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), que também é uma contribuição social, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social. Em 30/10/2017, a Entidade protocolou, tempestivamente, junto ao Ministério da Saúde, o seu requerimento de renovação, conforme processo SIPAR nº 25000.463598/2017-21, o qual aguarda deferimento pelo Ministério. Os montantes das isenções e as contribuições usufruídas durante o exercício de 2018 se encontram registrados em conta específica de receita e totalizou: R\$ 9.251.267,44 (nove milhões, duzentos e cinquenta e um mil, duzentos e sessenta e sete reais e quarenta e quatro centavos). Em face de Entidade ter como área de atuação preponderante a da Saúde, tem obrigatoriedade de cumprir o estabelecido na portaria 834 de 26/04/2016, a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE) e traz em seu artigo 30 que na análise das demonstrações contábeis serão observadas prioritariamente: - Demonstração do Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (inciso II alínea "d") e em Notas Explicativas o valor dos benefícios fiscais usufruídos (inciso III alínea "C"). Desta forma, para continuar cumprindo o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE os valores usufruídos. As isenções e contribuições sociais usufruídas são referentes às COFINS, INSS Patronal sobre a folha de pagamentos sobre serviços próprios e de terceiros PF. 10 - Trabalho Voluntário: Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. A Entidade possui dois tipos de trabalho voluntário sendo um dos dirigentes estatutários e outro de prestadores de serviços voluntariado. Para o cálculo da remuneração que seria devida, a Entidade toma por base o número de Conselhos, o de Conselheiros e o tempo dedicado à atividade por cada um. Para o ano de 2018

contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à Resolução CFC N° 1.305/10 na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditados diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2018, a unidade gerenciada recebeu Assistências Governamentais Municipais de R\$ 65.905.867,37 (sessenta e cinco milhões, novecentos e cinquenta e sete reais e sete centavos), conforme quadro abaixo:

CNPJ nº 61.699.567/0043-41
Convênios/Contratos R\$
Contrato S-90001-2013 - Prontos Socorros Municipais de Taboão da Serra 54.932.152,64
Contrato S-90001-2013 T.A. 03/2018 - Prontos Socorros Municipais de Taboão da Serra 10.973.714,73
5 - Patrimônio Líquido: Conforme esclarecido em balanços anteriores, de acordo com apurado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2.012, e descrito em notas explicativas dos anos, a SPDM procedeu a ajustes necessários para se adequar ao que estabelecem as Resoluções 1305/10 e 1409/12, no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. O patrimônio líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabelece as Resoluções CFC 1409/12 (Item 11) e CFC 1305/10 (Item 12 e 15A), que enquanto não atendido os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre "zero". Em virtude da aplicação das normas acima relacionadas, a Entidade optou em não divulgar a DMPL - Demonstração da Mutações do Patrimônio Líquido, pois não houve movimentação no Patrimônio Líquido nos períodos de 2017 e 2018, respectivamente. 6 - Resultado Operacional: Em virtude do reconhecimento de receitas e despesas conforme Resolução N° 1.305/13 (NBC TG 07 R1), Item 12 e 15A, o resultado do exercício tem sido "zero" face à exigência do reconhecimento em contas de resultado, de receitas e despesas compensadas em bases sistemáticas. Em 2018, a Instituição reconheceu repasses e outras receitas no montante de R\$ 66.072.579,85 (sessenta e seis milhões, setenta e dois mil, quinhentos e setenta e nove reais e oitenta e cinco centavos), esses recursos foram aplicados na atividade operacional e assistencial da unidade, considerando custos e despesas operacionais no período, totalizando um montante de R\$ 69.739.213,29 (sessenta e nove milhões, setecentos e trinta e nove mil, duzentos e treze reais e vinte e nove centavos). Dessa forma, se houvesse apuração do resultado operacional, a Instituição encerraria o exercício com um resultado deficitário de R\$ 3.666.633,44 (três milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, seiscentos e trinta e três reais e quarenta e quatro centavos). 6.1 - Fase ao Resultado: Os PSMTS apurou no exercício de 2018, um déficit de R\$ 3.666.633,44. Esse desequilíbrio pode estar associado, ao aumento da demanda, ausência de recursos ou reajustes inflacionários, para cobertura de dissídios e outros custos/despesas, itens influentes para o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, entretanto, a SPDM tem tomado iniciativas na redução de custos e despesas com pessoal, materiais e medicamentos, para assim, reverter este cenário nos próximos anos. 7 - Das Disposições da Lei 12.101 e Portaria 834/16 MS: Por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27 de Novembro de 2009, alterada pela Lei 12.868/13 regulamentada pelo Decreto 8.242/14 tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. As internações hospitalares e os atendimentos ambulatoriais prestados pela entidade deverão ser totalizados com base nos dados disponíveis e informados no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA), no Sistema de Informações Hospitalares (SIH) e na Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial (CIHA). De acordo com o Artigo 36 da mesma portaria, a entidade que tenha sob sua gestão outras entidades poderá incorporar nos seus serviços o limite de 10% (dez por cento) dos serviços prestados ao SUS pelos estabelecimentos a ela vinculados.
Produção - 2018
Linha Atendimento SUS
Internações 5.424
Saída Hospitalar 5.047
Nº de pacientes dia 25.054
Nº de Cirurgias (Cesária, Curetagem, Laqueadura) 625
Nº de Partos 976
Diárias de UTI - Total N.A.
Internação / Atendimento Domiciliar N.A.
Pronto Socorro/Pronto Atendimento (Urgência/Emergência)
Consulta / atendimento de urgência (PS/PA) 490.541
Atendimento Ambulatorial - Total N.A.
Consulta médica N.A.
Atendimento não médico N.A.
HD / Cirurgia ambulatorial N.A.
SADT - Total 633.546
tomou por base o valor médio dos honorários praticados em Ago/2017 (R\$/hora) no Brasil: Pesquisa Perfil das Empresas de Consultoria no Brasil 2016 Concepção e Coordenação Luiz Affonso Romano Análise Estatística Sérgio Santos Comercialização. Tomando como base o valor médio da hora multiplicado pelo número de horas chegou-se ao montante devido no mês, o qual foi dividido de maneira simples pelo número de unidades ativas no período. Para os demais trabalhos voluntários a valorização é feita pelo valor da hora da categoria a que pertence o voluntário. Em 2018, o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 2.249,89 (dois mil, duzentos e quarenta e nove reais e oitenta e nove centavos). Em 2017 estes os valores apurados foram de R\$ 8.706,45 (oito mil, setecentos e seis reais e quarenta e cinco centavos). 11 - Ajuste a Valor Presente (Resolução do CFC No. 1.151/09 NBC TG 12): Em atendimento as legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa direito ou obrigação descontadas as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisar os saldos contábeis dos itens que estão compondo os ativos e passivos não-circulantes da Entidade, a Administração entendeu que apenas em alguns casos de aquisição de ativo foi necessário efetuar o Ajuste ao Valor Presente pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não-circulante) pois os demais não se enquadram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução 1.151/09, que aprova NBC TG 12, onde descreveremos a seguir, as seguintes situações que devem ser atendidas para obrigatoriedade no cumprimento desta Norma:
• Todas as transações que dão origem aos ativos ou passivos, receitas ou despesas e, ainda, mutações do patrimônio líquido que tenham como contrapartida um ativo ou passivo com liquidação financeira (a pagar ou a receber) que possuam data de realização diferente da data do seu reconhecimento;
• As operações que, em sua essência, representam uma saída de valores como financiamento, tendo como contrapartida clientes, empregados, fornecedor, entre outros. Essa situação deve-se ao fato de que o valor presente da operação pode ser inferior ao saldo devido o que, em caso de dúvida, deve ser regido pela resolução 1.187/09 que aprova NBC TG 30, que trata de receitas;
• Operações contratadas, ou até mesmo estimadas, que gerem ativos ou passivos devem ser reconhecidas por seu valor presente. 12 - Seguros: Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil de Continuidade. 13 - Exercício Social: Conforme estabelece o art. 41 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Taboão da Serra, 31/12/2018. continua ➤

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor-Presidente da SPDM • **Dr. Bráulio de Melo Araujo** - Diretor Técnico • **Luciení Mauro** - Contadora CRC - 1SP 260.424/O-5

Relatório dos Auditores Independentes: Opinião sobre as Demonstrações Contábeis: Examinamos as Demonstrações Contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Prontos Socorros Municipais de Taboão da Serra que compreendem o Balanço Patrimonial, em 31/12/2018, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição Patrimonial e Financeira da entidade, em 31/12/2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as Demonstrações Contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado: Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31/12/2018, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres

de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conlujo, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 29/03/2019. **Audisa Auditores Associados** - CRC/SP 2SP 024298/O-3; **Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior** - Contador - CRC/RS 058.252/O-1 - CVM: Ato Declaratório Nº 7710/04; **Ricardo Roberto Monello** - Contador - CRC/SP 1SP 161.144/O-3 - CNAI - SP - 1619.

ITOCU Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 61.274.155/0001-00

Relatório da Diretoria

Prezados senhores: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, permanecendo à disposição dos Senhores Acionistas para esclarecimentos.

São Paulo, 15 de Março de 2019

A Diretoria

Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

Ativo	2018	2017	Passivo	2018	2017
Circulante	55.941.958	50.318.645	Circulante	15.989.185	14.494.785
Caixa e Bancos	11.247.975	260.767	Contas a Pagar	8.438.067	7.444.235
Títulos Vinculados no Mercado Aberto	17.013.830	18.109.291	Salários e Férias a pagar	649.163	645.785
Duplicatas a Receber	12.433.547	20.033.534	Obrigações Fiscais e Sociais	1.297.193	1.359.703
Notas a Receber	1.738.120	6.080.123	Recebimentos Antecipados	1.427	35.402
Adiantamentos Diversos	121.777	19.352	Receitas Diferidas	1.040	1.455
Mercadorias Estoques	2.250.211	923.324	IRPJ e CSLL a pagar	5.602.295	5.008.205
Contas a Receber	5.606.878	62.046	Realizável a Longo Prazo	769.564	756.776
Cauções e depósitos	-	5.419	Provisão Perda de Investimentos	91.604	-
Despesas Antecipadas	415.391	212.021	Provisão Atuarial	677.960	756.776
IRPJ e CSLL a Compensar	5.114.229	4.612.768	Patrimônio Líquido	49.180.799	44.710.578
Realizável a Longo Prazo	358.431	360.090	Capital	18.193.834	18.193.834
Empréstimos	127.925	102.786	Reserva Legal	3.638.767	3.638.767
IRPJ e CSLL diferidos	230.506	257.304	Retenção de Lucros	27.348.198	22.877.977
Permanente	9.639.159	9.283.404	Total do Passivo	65.939.548	59.962.139
Investimento	7.250.270	6.434.510			
Imobilizado	1.492.103	1.668.812			
Diferido	896.786	1.180.082			
Total do Ativo	65.939.548	59.962.139			

Demonstrações de Resultados

exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)		
	2018	2017
Receita Operacional Bruta	103.405.140	67.645.759
Exportação de Mercadorias	-	64.343
Vendas de Mercadorias	39.555.260	35.161.149
Serviços Prestados	(31.211.260)	(20.926.340)
Impostos	111.749.140	81.944.911
Receita Operacional Líquida	(65.119.977)	(41.871.130)
Custo das Mercadorias Vendidas	46.629.163	40.073.781
Lucro Bruto	(18.370.837)	(14.926.219)
(Despesas)/Outras Receitas Operacionais	(28.198.150)	(28.198.150)
Despesas Administrativas	(32.548.400)	(28.198.150)
Despesas com Vendas e Serviços	(1.846.348)	(1.821.523)
Resultado Financeiro	1.009.360	1.955.231
Outras Receitas Operacionais	3.961.416	2.183.286
Lucro/(Prejuízo) Operacional	17.205.191	14.192.625
Receita Não Operacional	154.920	-
Despesa Não Operacional	-	(7.894)
Lucro/(Prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	17.360.111	14.184.731
Contribuição Social s/Lucro	(1.515.073)	(1.332.907)
Provisão para Imposto de Renda	(4.087.223)	(3.675.298)
IRPJ e CSLL diferidos	29.736	70.133
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Exercício	11.787.552	9.246.659
Lucro/(Perda) por Ações	3,24	2,54

Demonstrações de Fluxo de Caixa – Método Indireto exercícios

findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)		
	2018	2017
Atividades operacionais	17.553.262	(93.734)
Lucro líquido	11.787.552	9.246.659
mais: Depreciação/Amortização	875.862	892.288
menos: Ganho ou Perda na venda de Imobilizado	(154.920)	7.894
menos: Resultado de equivalência Patrimonial	(1.212.118)	(536.811)
Notas a Receber	238.697	2.242.543
Duplicatas a Receber	7.599.987	(10.853.514)
Contas a Receber	(1.441.526)	(4.102.961)
Adiantamentos Diversos	(101.797)	74.177
Mercadorias em Estoques	(1.326.887)	438.617
IRPJ e CSLL a Compensar	(501.461)	(1.159.525)
Cauções e Depósitos	5.419	-
Despesas Antecipadas	(203.998)	(49.743)
Contas a Pagar	993.831	996.138
Receitas Diferidas	(415)	-
Obrigações Fiscais e Sociais	552.127	1.955.283
Recebimentos Antecipados	(33.975)	(49.598)
Provisões	40.554	109.819
Recebimento de Dividendos	436.330	695.000

Caixa líquido gerado/(consumido) nas Atividades Operacionais

Atividades Operacionais	17.553.262	(93.734)
--------------------------------	-------------------	-----------------

Atividades de Investimentos

Recebimento na Alienação de Imobilizado	161.405	-
Compra de Ativo Imobilizado	(422.342)	(182.178)
Concessão/Liquidação de Empréstimos e Juros	(25.139)	(4.627)
Aquisição de Investimentos	4.560	-
Caixa líquido gerado/(Consumido) nas Atividades de Investimentos	(281.516)	(186.805)

Atividades de Financiamento

Distribuição de dividendos	(7.380.000)	(10.970.000)
Caixa líquido gerado/(Consumido) nas Atividades de Financiamento	(7.380.000)	(10.970.000)

Aumento/(Diminuição) líquido nas Disponibilidades

Disponibilidades	9.891.746	(11.250.539)
Saldo de Caixa Inicial	18.370.058	29.620.597
Saldo de Caixa Final	28.261.805	18.370.058

STRIP MALL S/A.

C.N.P.J. N.º 57.985.756/0001-54

RELATÓRIO DA DIRETORIA AOS ACIONISTAS

SENHORES ACIONISTAS: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o BALANÇO PATRIMONIAL e demais demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2018, permanecendo esta Diretoria ao inteiro dispor dos Senhores Acionistas para qualquer esclarecimento que desejarem. A DIRETORIA.

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

ATIVO	2018		2017		PASSIVO	2018		2017	
Circulante	3.307,33	4.046,45	4.918.751,67	4.923.751,67	Circulante	97.599,40	97.599,40	2.495.543,29	2.493.628,68
Caixa e equivalentes de caixa	3.307,33	4.046,45	4.918.751,67	4.923.751,67	Dividendos a pagar	97.599,40	97.599,40	2.495.543,29	2.493.628,68
Contas a receber	-	-	4.918.751,67	4.923.751,67	Prov. para Perda de Investimentos	2.495.543,29	2.493.628,68	2.495.543,29	2.493.628,68
			4.922.059,00	4.927.798,12		2.593.142,69	2.591.228,08		
Não circulante					Patrimônio líquido	5	5		
Intangíveis	603,58	603,58	603,58	603,58	Capital Social Integralizado	2.503.087,71	2.503.087,71	2.503.087,71	2.503.087,71
	603,58	603,58			Prejuízos acumulados	(173.567,82)	(165.914,09)	(173.567,82)	(165.914,09)
Total do Ativo	4.922.662,58	4.928.401,70			Total do Passivo e Patrimônio líquido	4.922.662,58	4.928.401,70		

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Prejuízo acumulado	Total
Saldos em 31/12/2016	2.503.087,71	(27.082,60)	2.476.005,11
Prejuízo do Período	-	(138.831,49)	(138.831,49)
Saldos em 31/12/2017	2.503.087,71	(165.914,09)	2.337.173,62
Prejuízo do Período	-	(7.653,73)	(7.653,73)
Saldos em 31/12/2018	2.503.087,71	(173.567,82)	2.329.519,89

Notas Explicativas às Demonstrações

Contábeis do Exercício Encerrado em 31 de dezembro de 2018

1 - Contexto Operacional: A empresa Strip Mall S/A. tem como objeto social: a compra e venda de imóveis, excetuada a corretagem imobiliária; incorporações imobiliárias; exploração em todas as modalidades, de shopping centers e centros comerciais em geral; e a participação em outras sociedades. Apresentação das demonstrações e práticas contábeis: As demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei 6.404/76,

alterada pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, nos Pronunciamentos, Orientações e nas Interpretações emitidas pelo CPCs e nas normas emitidas pela CVM. **2 - Ativos e Passivos Circulantes e Realizáveis a Longo Prazo:** Demonstrados pelos valores de realização, incluindo quando aplicável, as variações monetárias e os encargos correspondentes. **3 - Investimentos:** O valor do Investimento em controlada está demonstrado pelo valor original, ajustado pela avaliação patrimonial com base no Balanço da empresa investida. **4 - Apuração do Resultado:** As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência. **5 - Patrimônio Líquido:** a) Capital Social: É composto de 719.560 ações, sendo 704.250 ações ordinárias e 15.310 ações preferenciais, todas nominativas e com valor individual de aproximadamente em R\$ 3,47864. b) Reserva Legal: é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social. No exercício encerrado em 31/12/2018, não houve constituição de reserva legal. c) Dividendos: aos acionistas são previstos dividendos mínimos obrigatórios de 1% do lucro líquido do exercício.

Demonstração dos Resultados dos Exercícios

	2018	2017
Receitas e Despesas Operacionais	(5.739,12)	(13.657,90)
Despesas Gerais Administrativas	(4.497,00)	(12.755,71)
Despesas Tributárias	(524,90)	(295,90)
Despesas Financeiras	(717,22)	(606,29)
Resultado Operacional	(5.739,12)	(13.657,90)
Equivalência Patrimonial	(1.914,61)	(125.173,59)
Resultado do Exercício	(7.653,73)	(138.831,49)
Antes da Provisão do IRPJ e CSLL.	(7.653,73)	(138.831,49)
Resultado Líquido do Exercício	(7.653,73)	(138.831,49)

Demonstração dos Fluxos de Caixa dos Exercícios

	2018	2017
Resultado do exercício	(7.653,73)	(138.831,49)
(+/-) Itens que não afetam o caixa operacional		
Equivalência Patrimonial	1.914,61	125.173,59
Total	1.914,61	125.173,59

Fluxo de caixa das atividades operacionais (Aumento) redução no ativo

Títulos a Receber Capital Próprio / Lucro Próprio	5.000,00	16.000,00
(=) Caixa líquido das atividades operacionais	5.000,00	16.000,00
(=) Aumento / (redução) líquido de caixa	(739,12)	2.342,10
Caixa no início do período	4.046,45	1.704,35
Caixa no final do período	3.307,33	4.046,45
(=) Aumento / (redução) líquido de caixa	(739,12)	2.342,10

Administração:

Arthur Castilho de Ulhoa Rodrigues - Diretor Presidente
Fabio Penteado de Ulhoa Rodrigues - Diretor Superintendente
Michelle Alves Gonçalves - Contadora - CRC-1SP-237102/O-2